

Alerta Legislação, nº 37, de 15 a 20 de setembro de 2014
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/09/2014	<p><u>DECRETO Nº 8.304, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014 (RETIFICAÇÃO)</u> (Publicado no Diário Oficial de 15 de setembro de 2014, Seção 1) Na página 2, 3ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Dilma Rousseff, Guido Mantega e Mauro Borges Lemos.</p>
15/09/2014	<p><u>DECRETO Nº 8.304, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014</u> Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 83, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014</u> Determina que os alto-falantes inseridos em caixas de áudio para uso por acoplamento em equipamentos de informática, tipos SP- 0500 e SP-0300, não estão sujeitos ao direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de alto-falantes originárias da República Popular da China.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 82, DE 18 SETEMBRO DE 2014</u> Prorroga o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de fenol, originárias dos Estados Unidos da América e da União Europeia.</p>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abasteciment o (MAPA)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 914, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Submeter à Consulta Pública pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa em anexo, visando substituir a vigente Portaria no 711, de 1º de novembro de 1995, que estabelece o Regulamento Técnico para Inspeção Industrial e Sanitária em Estabelecimentos de Carnes e Derivados de Suídeos. [...]</p>
Ministério da Fazenda (MF)	<p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.493, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014</u></p>

	<p>Disciplina os arts. 1º, 2º e 4º a 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.623, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do lote nº 130039804 (val.: 02/2016) do produto TINTURA CREME BEAUTY COLOR, produzido pela empresa Bonyplus Indústria e Comércio Importação e Exportação de Cosméticos Ltda. (CNPJ: 82.566.340/0001-49), localizada na Rua Rio Amazonas, 703 – Jardim Weissópolis, Pinhais/PR. [...]</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) ↳ Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 160, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014 (*)</u> Dispõe sobre o cadastro dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, das Instituições Técnicas Licenciadas e das Entidades Técnicas Paraestatais ou Públicas para a utilização do Sistema Nacional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular - SISCSV. (*) Republicada por ter saído no DOU de 18-9-2014, Sessão 1, págs. 59/60, com incorreção no original.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>20/09/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 60.788, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014</u> Retificação do D.O. de 18-9-2014 Na ementa, leia-se como segue e não como constou: Dá nova redação ao artigo 8º ao Decreto nº 55.662, de 30 de março de 2010 que cria o Parque Estadual de Itaberaba, o Parque Estadual de Itapetinga, a Floresta Estadual de Guarulhos e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e acrescenta dispositivo ao Anexo I, do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que criou o sistema Estadual de Florestas-SIEFLOR, alterado pelo Decreto nº 54.079, de 4 de março de 2009</p> <p>DECRETO Nº 60.789, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014 Dispõe sobre a concessão da Medalha "Cruz do Mérito Policial"</p>
<p>18/09/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 60.788, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014</u> Dá nova redação ao artigo 8º ao Decreto nº 55.662, de 30 de março de 2010 que cria o Parque Estadual de Itaberaba, o Parque Estadual de</p>

	<p>Itapetininga, a Floresta Estadual de Guarulhos e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e acrescenta dispositivo ao Anexo I, do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que criou o sistema Estadual de Florestas-SIEFLOR, alterado pelo Decreto nº 54.079, de 4 de março de 2009</p>
17/09/2014	<p>DECRETO Nº 60.787, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014 Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SAP 132, DE 17-9-2014 Disciplina o encaminhamento das crianças após o período de amamentação ou, antes a pedido da mãe, que se encontra em cumprimento de pena nas unidades prisionais femininas que especifica, subordinadas a esta Pasta</p>
Casa Civil (CC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SGP-8, DE 19-9-2014 Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, no exercício de 2014, nos termos da LC 1.079-2008</p> <p>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SGP-7, DE 19-9-2014 Dispõe sobre a definição e critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da LC 1.079-2008</p> <p>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SF/SSP/PGE-1, DE 15-9-2014 Institui Grupo de Trabalho para os fins que especifica e dá providências correlatas</p> <p>Chefia de Gabinete → → Departamento de Recursos Humanos (DRH) PORTARIA 2, DE 19-9-2014 Dispõe sobre os procedimentos relativos à aplicação da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) - ano 2014, de que trata o Dec. 57.884-2012</p>
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) PORTARIA CEETEPS-GDS 836, DE 17-09-2014 Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º semestre de 2015, para ingresso na 1ª série do Ensino Médio, na 1ª série do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, na 1ª série do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do Programa Vence, na 1ª série do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial e</p>

	semipresencial) e para acesso às vagas remanescentes do 2º módulo dos Cursos do Ensino Técnico e dos Cursos de Especialização das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 50, DE 15-9-2014</u> Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho sobre a Educação do Campo no Estado de São Paulo</p>
Meio Ambiente (SMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 75, DE 18-09-2014</u> Dispõe sobre a instituição e organização do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Itirapina, e dá providências correlatas</p>
Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 110, DE 18-9-2014</u> Altera o Artigo 3º, da Resolução SS-81, de 06/09/2006, que constitui o Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna e Infantil no âmbito da Coordenadoria de Controle de Doenças e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 111, DE 19-9-2014</u> Dispõe sobre a designação dos membros a que se reporta o Artigo 1º, da Resolução SS-78, de 23 de junho de 2014, que constituiu o Grupo Técnico Interprofissional – GTI, visando à articulação de ações educativas, de promoção de saúde e gestão de qualidade da assistência à saúde no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 110, DE 18-9-2014</u> Altera o Artigo 3º, da Resolução SS-81, de 06/09/2006, que constitui o Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna e Infantil no âmbito da Coordenadoria de Controle de Doenças e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 109, DE 17-9-2014</u> Institui Comitê Estadual de Controle Social da Tuberculose de São Paulo – CECSTB-SP e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 108, DE 17-9-2014</u> Dispõe sobre a distribuição de Bolsas de Estudos para médicos residentes, no exercício de 2014, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 106, DE 15-9-2014</u> Altera o artigo 1º e o Anexo da Resolução SS 82 de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas</p>
Segurança Pública (SSP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-134, DE 16-09-2014</u> Dispõe sobre as regras gerais para administração e utilização dos componentes do Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC do Centro Integrado de Comando e Controle, criado pelo Decreto n. 60.640/2014</p>

<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) <u>PORTARIA CIENTEC 4, DE 10-9-2014</u> Altera a Portaria CienTec 2, de 25-3-2013, que dispôs sobre a cobrança de ingresso. (Fica suprimida a cobrança de ingresso no Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade de São Paulo, passando a ser gratuito para todos os visitantes.)</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>19/09/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 43, DE 2014</u> Dá nova redação ao § 1º do artigo 10 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993.(*) (*) <i>Institui a Lei Orgânica do Ministério Público</i></p>
<p>18/09/2014</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009</u> Mensagem A-nº 132/2014, do Sr. Governador do Estado [...] A propositura, de autoria parlamentar, autoriza o Poder Executivo a limitar o número de alunos nas salas de aula que também recebam matrículas de alunos com necessidades especiais. [...] DOE, Legislativo, 18/09/2014, p. 15</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.015, DE 2003</u> Mensagem A-nº 131/2014, do Sr. Governador do Estado [...] De iniciativa parlamentar, a proposta objetiva conceder isenção do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações internas com os produtos que especifica, para uso exclusivo por pessoas com deficiência. [...] DOE, Legislativo, 18/09/2014, p. 15</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 025/2014</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA a todos os órgãos jurisdicionados que o Ofício Circular s/nº, datado de 09/09/14, refere-se à solicitação de informações para atendimento do projeto sobre governança pública e governança e gestão das aquisições, de iniciativa do Tribunal de Contas da União -TCU. Esclarece que as informações deverão ser encaminhadas por meio do questionário referido no anexo 1 do Ofício e que as possíveis dúvidas, técnicas ou sobre o conteúdo, deverão ser dirigidas ao TCU no endereço eletrônico mencionado. SDG, 16 de setembro de 2014. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL</p>

<p>17/09/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1271, DE 2014</u> Revoga o §3º, do artigo 3º, da Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1270, DE 2014</u> Dispõe sobre o registro de empresas franqueadoras e franqueadas perante a Junta Comercial do Estado.</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>20/09/2014</p>	<p><u>LEI Nº 16.073, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014</u> (PROJETO DE LEI Nº 198/14, DOS VEREADORES RICARDO NUNES – PMDB, ALFREDINHO – PT, ANDREA MATARAZZO – PSDB, ARI FRIEDENBACH – PROS, ARSELINO TATTO – PT, ATÍLIO FRANCISCO – PRB, AURÉLIO NOMURA – PSDB, CALVO – PMDB, CLAUDINHO DE SOUZA – PSDB, CORONEL TELHADA – PSDB, DALTON SILVANO – PV, DAVID SOARES – PSD, EDUARDO TUMA – PSDB, ELISEU GABRIEL – PSB, FLORIANO PESARO – PSDB, GEORGE HATO – PMDB, GILSON BARRETO – PSDB, JEAN MADEIRA – PRB, JOSÉ POLICE NETO – PSD, LAÉRCIO BENKO – PHS, MARIO COVAS NETO – PSDB, MILTON LEITE – DEMOCRATAS, NATALINI – PV, NELO RODOLFO – PMDB, NETINHO DE PAULA – PCDOB, NOEMI NONATO – PROS, PATRÍCIA BEZERRA – PSDB, PAULO FRANGE – PTB, PR. EDEMILSON CHAVES – PP, RICARDO YOUNG – PPS, SANDRA TADEU – DEMOCRATAS, TONINHO PAIVA – PR E TONINHO VESPOLI – PSOL) Fica revogado o inciso I, do § 2º, do art. 1º da Lei nº 15.944, de 23 de dezembro de 2013, e dá outras providências. (*) <i>Permite a participação das cooperativas de mão de obra em licitações e contratações promovidas pela Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo, e dá outras providências</i></p>
<p>19/09/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 55.519, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014</u> Altera a Tabela anexa ao Decreto nº 17.196, de 24 de fevereiro de 1981, para acrescentar item relativo à Controladoria Geral do Município.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107